

TCE aponta falhas na licitação do transporte; entrega é adiada

Prazo para receber envelopes passa para 25/2; processo se arrasta desde 2016

Por Moara Semeghini
e Raquel Valli

A Prefeitura de Campinas adiou em 15 dias o cronograma da licitação do transporte público coletivo. A entrega dos envelopes com as propostas, que ocorreria em 10 de fevereiro, foi remarcada para 25 de fevereiro. A abertura dos documentos ficou para 5 de março.

De acordo com a Secretaria Municipal de Transportes (Setransp), a mudança foi motivada por apontamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que identificou inconsistências técnicas em planilhas do edital.

Segundo a Administração, o TCE notificou a pasta sobre erro no cálculo do chamado Fator de Utilização (FU), índice que define quantos profissionais são necessários, em média, por veículo para garantir a operação do sistema, considerando folgas, férias, afastamentos e turnos. Também foram apontadas falhas na estimativa de benefícios trabalhistas, que não contemplavam integralmente os encargos legais.

A Setransp e a Emdec (Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas) informaram, em nota, que optaram por corrigir os dados antes da sessão pública para evitar atrasos



Prefeitura de Campinas

Edital do transporte público coletivo em Campinas está há quase 10 anos em discussão

maiores no processo. A errata da planilha deve ser publicada até 13 de fevereiro. O edital prevê a concessão do transporte coletivo convencional por 15 anos, com possibilidade de prorrogação por mais cinco. O contrato total é estimado em cerca de R\$ 11 bilhões. Os investimentos incluem aproximadamente R\$ 1,7 bilhão para renovação da frota de ônibus ao longo do período, além de recursos para tecnologia embarcada, terminais e estações, o que pode elevar o montante total

para R\$ 1,9 bilhão. A Prefeitura afirma que o modelo proposto separa a tarifa paga pelo usuário da tarifa de remuneração das empresas operadoras, permitindo políticas de subsídios e gratuidades, desde que respeitadas as regras fiscais. A elaboração do edital contou com consulta pública e audiências com conselhos municipais e entidades da sociedade civil. Segundo o município, foram analisadas cerca de 1,1 mil contribuições da população. Apesar disso, o processo de concessão

se arrasta há quase uma década e acumula sucessivos adiamentos.

Avaliação técnica

Para o mestre em Planejamento Urbano Ayrton Camargo e Silva, ex-diretor da Emdec, dois pontos centrais precisam ser observados no processo licitatório: o rigor no cumprimento das determinações legais e o modelo de rede que será implantado na cidade. Na visão do especialista, a demora para conclusão do edital é um sinal de alerta. “Me parece

que o edital, que já está há quase dez anos em discussão, ainda não encontrou o seu caminho perfeitamente. Isso é um fator de bastante preocupação”, diz.

Silva defende que o debate não deve se limitar à burocracia do processo, mas avançar sobre o que a cidade espera do transporte coletivo nos próximos 15 anos. “O transporte coletivo precisa ter canaletas, faixas exclusivas e prioridade semafórica. O ônibus deveria parar basicamente nos pontos de embarque e desembarque”, explica. Segundo ele, a redução do tempo parado no trânsito tornaria as viagens mais rápidas e competitivas em relação a carros e motos. Ele acrescenta que a eficiência operacional também traz ganhos ambientais. “Um ônibus que circula melhor consome menos diesel, polui menos e reduz impactos na saúde pública, mesmo para quem não usa o transporte coletivo”, afirma. Outro aspecto apontado por Silva é a abrangência territorial do serviço. Para ele, o edital precisa garantir cobertura ampla e pensar diferentes perfis de usuários. “É importante ter ônibus para toda a população, linhas paradoras, serviços seletivos de maior conforto, política de descontos ou assinaturas mensais. Tudo isso define inclusão”, destaca.

Polícia Civil interdita clínicas de estética

Duas clínicas de estética foram interditadas nesta quinta-feira (5) em Campinas durante uma operação conjunta da Polícia Civil e da Vigilância Sanitária após denúncias de funcionamento irregular e aplicação de medicamentos para emagrecimento sem autorização médica. Uma farmacêutica foi presa em flagrante no local. A ação foi conduzida por policiais civis da 1ª Delegacia de Investigações Gerais (DIG), da DEIC, com apoio de fiscais sanitários. Os estabelecimentos ficam nos bairros Jardim Guanabara e Jardim Flamboyant. No Jardim Guanabara, a equipe encontrou 19 frascos de substâncias emagrecedoras injetáveis, suplemento vitamínico vencido e toxina botulínica armazenada fora da temperatura adequada. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, documentos apreendidos indicam que o local funcionava simultaneamente como clínica de estética e farmácia, com indícios de fracionamento e envase clan-

destino de medicamentos.

Uma mulher que atuava como farmacêutica foi presa em flagrante. Ela foi indiciada e encaminhada à Cadeia Pública de Paulínia, onde permaneceu à disposição da Justiça. O caso foi registrado na 1ª DIG, e as investigações continuam. Já no estabelecimento do Jardim Flamboyant, a Vigilância Sanitária identificou uma série de irregularidades sanitárias e estruturais. Entre elas, a realização de procedimentos injetáveis e uso de equipamentos sem licença, ausência de responsável técnico habilitado e aplicação do medicamento Tirzepatida (Mounjaro) sem autorização para atividades médicas. A fiscalização também apontou prontuários desorganizados, falta de laudos de manutenção e calibração de equipamentos e condições inadequadas de higiene, com móveis sujos e agulhas e seringas armazenadas de forma irregular.

De acordo com a Prefeitura, no Jardim Guanabara também

eram realizados procedimentos de emagrecimento com Tirzepatida e Semaglutida sem autorização sanitária. As inspeções ocorreram após denúncia anônima. Os produtos foram apreendidos pela Polícia Civil, e os responsáveis pelos estabelecimentos têm prazo de 10 dias para apresentar recurso administrativo.

Clínica no Cambuí

A Vigilância interditou uma clínica de estética que funcionava na Rua dos Bandeirantes, no Cambuí, em novembro de 2025. A ação determinou a interdição total e fechamento do local diante de reincidência e novas irregularidades. O local havia sido interditado três vezes após denúncias e inspeções. O espaço seguia com infraestrutura inadequada para operar serviços de saúde e estética, ser feito uso de produtos sem padrões de identidade, qualidade, segurança e com data de validade expirada.

Divulgação/Polícia Civil



Polícia e Vigilância interdita clínicas de estética em Campinas